Anais do XXVII Encontro de Iniciação à Docência
Pró-reitoria de graduação - ENID - 2025

https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/enid/index

RESUMO SUBMETIDO AO XXVII ENID - 2025 - UFPB
ENSINANDO A PESQUISA: FAMÍLIA ACOLHEDORA E A RESTRIÇÃO DO TERMO DE NÃO ADOÇÃO

Leanderson Antonio da Silva;
Daniel Matheus Silva de Souza Araujo;
Maria Gabriele da Silva;
Nicolle Klinst Lay Moreira Simões;
Maria da Conceição Gomes de Miranda (Orientadora).

Programa PET
Centro de Educação - CE, Campus (I), João Pessoa PB

RESUMO: O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do PET – Protagonismo Juvenil em Periferias Urbanas (Conexões de Saberes) que atua em duas casas de acolhimento localizadas no município de João Pessoa (PB), desenvolvendo ações de ensino, pesquisa e extensão. O acolhimento familiar, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1990), é uma medida protetiva essencial para esses indivíduos de direito, afastados de suas famílias. Contudo, o termo de não adoção, que proíbe famílias acolhedoras de adotarem as crianças sob seus cuidados, gera tensões entre a legislação e a realidade afetiva. O presente trabalho apresentará a ação de ensino de pesquisa, pois no contexto de formação dos bolsistas petianos realizamos a pesquisa "Família Acolhedora e as implicações do termo de não adoção: uma revisão bibliográfica" que teve como um dos objetivos, investigar como a restrição de adoção imposta às famílias acolhedoras afeta a dinâmica familiar e o bem-estar das crianças acolhidas. A metodologia desta pesquisa consistiu em uma abordagem exploratória fundamentada na análise bibliográfica e documental. Para tanto, realizamos levantamento bibliográfico em diferentes bases de dados para a coleta de: artigos científicos, livros acadêmicos, legislação e jurisprudência relacionadas ao acolhimento familiar e ao termo de não adoção, para mapeamento das implicações jurídicas e sociais. A coleta de dados foi realizada por meio da revisão de literatura a fim de enriquecer a compreensão sobre a prática do acolhimento familiar e seus desafios. Essa abordagem permitiu uma visão abrangente sobre o tema, contribuindo para a reflexão e proposição de melhorias nas políticas de acolhimento. A busca foi realizada em bases de dados, tais como; Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), onde foram selecionados os artigos científicos, extraídos a partir das palavras-chave: "acolhimento familiar", "termo de não adoção", "direitos da criança", "dinâmica familiar" e "políticas públicas". Compartilhamos os resultados da pesquisa em momento de ensino no grupo de estudo, através de seminário mostrando que o termo de não adoção preserva o caráter temporário do acolhimento, mas, pode prejudicar vínculos emocionais importantes. Após as análises apresentadas, pode-se estabelecer um consenso crescente entre os pesquisadores sobre a necessidade de alteração do Art. 34, §3°, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), de modo a possibilitar que tanto pessoas pertencentes ao cadastro de adoção quanto aquelas não inscritas possam participar do Programa Família Acolhedora. A proposta de reforma do ECA visa, acima de tudo, assegurar que o Programa de Acolhimento Familiar possa contar com uma base mais ampla de candidatos, incluindo pessoas dispostas a acolher crianças que se encontram em situações de risco, mas sem a intenção de adotá-las, e outras com interesse específico em adotar, especialmente aquelas que estão na fila de adoção há mais tempo, como crianças mais velhas ou com necessidades especiais.